

GEOGRAFIA RURAL: questões teórico-metodológicas e técnicas¹

RURAL GEOGRAPHY: RURAL GEOGRAPHY: theoretical and methodological issues and techniques

Manuel Correia de Andrade

Introdução: A Geografia e a Problemática do Século XXI.

Admitindo, como fazem numerosos autores, que o século XX terminou com a dissolução da União Soviética e o fracasso do bolchevismo, ou do socialismo real, vivemos os primeiros anos do século XXI, que foi antecipado. O século XX corresponderia apenas pouco mais de sete décadas e teria se iniciado com a Revolução Russa (1917) e terminado com a dissolução da URSS (1990) e se caracterizaria por um longo período em que o mundo foi disputado por dois sistemas econômicos e sociais que ocupavam porções consideráveis do planeta e procurava expandir suas áreas de influência.

Por trás de cada sistema se encontrava duas grandes potências que procuravam adaptar as posições teóricas defendidas aos seus interesses de dominação mundial. O ideológico era, assim, condicionado pelo interesse das grandes potências. Inicia-se, então, o novo século com o domínio de uma grande potência que expande os seus interesses e o seu poder por toda a superfície da terra embora a nova “pax” seja conturbada em seu domínio e poder.

Não se pode esperar homogeneidade nem linearidade no desenvolvimento da sociedade humana, porque a nova ordem sofre contestações internas muito fortes; analisando-se a posição e o poder de que dispõem em potências médias – Japão e União Européia – Alemanha, etc – observa-se que os grupos nacionais destes países almejam, naturalmente, a hegemonia, contestando, ainda que de forma pálida, a supremacia americana. Por outro lado, entre os pequenos estados – alguns ainda em formação -, nota-se uma exacerbação dos sentimentos regional e local, agudizando as diferenças culturais e

procurando afirmar suas tradições, como ocorre, de forma mais acentuada, no Cáucaso, na antiga Iugoslávia ou na África, e, de forma mais discreta, em países mais desenvolvidos.

Daí se poder contrapor “o mundo só” do neoliberalismo das grandes empresas e grupos econômicos, ao mundo dividido, que resiste a uma homogeneização imposta de cima para baixo e procura resguardar os seus princípios, os seus métodos e os seus direitos.

Que previsões podem ser feitas sobre o futuro da China, com mais de um bilhão de habitantes e nove milhões de quilômetros quadrados, apoiada pelos chineses da diáspora que controlam estados na Ásia Oriental, e que poderá ser uma aliada ou uma contestadora do império japonês? Qual o futuro se apresenta ao Mundo Islâmico, que compreende grandes porções da África e da Ásia e possui enclaves na própria Europa? O que se poderá esperar da Rússia, com suas pretensões imperialistas, herdadas dos Tzares e continuadas em bases capitalistas com fortes influências asiáticas? O que se pode esperar da África, hoje fraca, pobre e dividida, mas que a médio e longo prazo pode se reorganizar e partir para a contestação da ordem internacional estabelecida? Qual o papel reservado à América Latina após a experiência neo-liberal a que está sendo submetida e que, certamente, acentuará cada vez mais a pobreza e a miséria que atormentam a sua população? Não se pode fazer previsões para um século que se inicia com perspectivas de unificação mas que poderá ser o período de maior diversificação.

O geógrafo, como cientista social com um embasamento de conhecimentos naturais, como pode se posicionar e conduzir as suas reflexões e os seus ensinamentos em situação tão difícil, tão conturbada, onde as opções disponíveis são as mais incertas? Estas preocupações, já externadas em livro anterior ¹ onde se procurava indicar caminhos para o

ANDRADE, Manuel Correia de – Uma Geografia para o Século XXI. Campinas, PAPIRUS, 1994.

geógrafo no emaranhado em que ele se encontra, como se estivesse em meio a um grande túnel e procurando encontrar a luz que estará nas duas extremidades do mesmo.

E se a situação é difícil para o geógrafo quando ele encara o seu saber de forma unitária, o que dizer no momento em que ele tenta dividir este saber, a fim de encarar as paisagens e os problemas a ela ligados, separando o rural do urbano?

2- O Problema das Dualidades em Geografia: Física e Humana; Agrária e Urbana.

A grande influência do positivismo de Augusto Conte, levou o geógrafo, ao estudar a sua ciência, ou seu saber, a seccionar as informações em “gavetas” ou “pacotes” e a tentar explicar cada setor de per si, como se ele não estivesse ligado e integrado a outros setores. Daí a grande discussão sobre a existência de uma geografia física e uma humana, sistemáticas, que se separariam de uma geografia geral e, no caso da geografia humana, de uma subdivisão em vários capítulos dentre os quais se destacariam uma geografia agrária e uma urbana, a proporção que se especializa, o geógrafo vai criando uma série maior de compartimentos e denominando-os de forma mais variada, como geografias rurais, agrícola, da população, das indústrias, do comércio, do consumo, dos transportes, dos serviços, etc.; sem esquecer as referências cada vez mais acentuadas a uma geografia política, social, ecológica ou do meio ambiente; contrapondo-se ainda, conforme a posição do estudioso, uma geografia tradicional, dita descritiva, uma teórica, uma da percepção marxista, etc.

O grande problema teórico da Geografia é que ela é uma só, correspondendo ao setor do conhecimento humano que estuda o processo de ocupação do espaço natural pelo homem e das transformações deste espaço em território, área de domínio do homem. Para desenvolver e raciocinar sobre este processo, que é contínuo, que nunca se concluirá porque o homem está permanentemente renovando suas aspirações, criando necessidades e

desenvolvendo o capital e a tecnologia que lhe aumentam o poder de transformar a natureza, necessita ter integrados o conhecimento da natureza que ele pretende explorar e dominar e o da sociedade em que ele se organiza e que pretende controlar. Daí a necessidade que sente de dominar os conhecimentos físico-naturais (da natureza) e os conhecimentos econômicos sociais e políticos (da sociedade). Daí também a necessidade de se eliminar, no estudo da Geografia, a sua tradicional divisão em física e humana.

Uma outra dualidade que vai perdendo consistência é a da existência de um mundo rural e de um mundo urbano. Como a Geografia necessita de uma base histórica sólida, é claro que o geógrafo, ao estudar o território, observe que até os meados do século XX havia uma grande diferença, uma grande distância entre o meio urbano e o meio rural. Sabia-se que na maior porção da superfície da terra as áreas rurais eram bem mais extensas e bem mais populosas que as urbanas. O contraste entre estes dois meios era muito grande, de vez que o primeiro logo absorvia as novas técnicas e instrumentos, enquanto o rural permanecia tradicional e arcaico. Surgiu daí a idéia de que o camponês era um conservador, isolado da evolução da sociedade e que contribuía para impedir o avanço das conquistas sociais, dominantes entre os estudiosos da sociedade, inclusive numerosos marxistas.

O domínio do determinismo geográfico de Ratzel e do ambientalismo francês de la Blache, levava muitos estudiosos, ao desenvolverem manuais de geografia humana e/ou econômica, a darem maior importância à geografia da agricultura do que à da indústria ou do comércio, como fez Max Derrau ² em livro clássico. Só após a década de Quarenta é que Pierre George, em manual, de grande aceitação na França e no Brasil ³, reagiu contra esta norma, colocando o capítulo sobre a geografia industrial antes daquele dedicado à geografia agrária, dando ao mesmo grande dimensão. Ele admitia que na segunda metade do século

² DERRAU, Max – *Precis de Géographie Humaine*, pags. 177/359. Paris, Librairie Armand Colin, 1961.

³ GEORGE, Pierre - *Precis de Géographie Ecoomique*, 1ª. Edição. Paris, Presses Universitaires de France, 1962.

XX, a indústria comandaria a vida econômica, por isto o seu estudo devia preceder ao da agricultura ou ter, ao menos, a mesma dimensão.

3- Geografia Agrária, Agrícola e/ou Rural: Uma Visão Totalizante.

Ao se estudar o espaço rural, deve haver uma preocupação do geógrafo com o mesmo e com a sua transformação em território, usando este estudo ora como geografia agrária, ora como geografia agrícola ora como geografia rural. Com o tempo, a variação de termos vem sendo diversificada, ora dominando uma expressão, ora outra; além disto, se tem procurado distinguir os termos e comprometê-los com o conteúdo por eles definido.

Levando-se em conta os estudos produzidos no Brasil, observa-se que, ao se fazer geografia profissionalmente no Brasil, se procurava caracterizar o meio rural, analisando as técnicas de produção e as estruturas do setor produtivo. Daí a grande quantidade de trabalhos produzidos pelo IBGE, em livros e na Revista Brasileira de Geografia, pela AGB em suas assembléias gerais, e pela própria Universidade de São Paulo, em teses de doutorado em que se tomava uma determinada área e se esgotava a análise do sistema produtivo, ligando a especialização dos produtos às condições de solo, clima, relevo e às técnicas de produção. Correlacionava-se a produção com o sistema de propriedade e uso da terra – agricultura de exportação e agricultura de auto-abastecimento – procurando encontrar categorias típicas da França, que era o grande modelo, com a produção geográfica no Brasil. Entre outras coisas se procurava identificar o nosso “cambão” com a “Corvée” medieval, partindo do princípio, então generalizado, de que havia uma certa identidade entre o sistema de grandes plantações brasileiras e o feudalismo, sobretudo francês. Procuravam os nossos geógrafos apresentar trabalhos consideravam apolíticos e condenavam o uso da expressão “camponês”, de vez que no Brasil não existia, senão como exceção, o produtor para a subsistência, exclusivamente. O preconceito contra o uso dessa

expressão só desapareceu depois de alguma resistência, na década dos cinquenta, quando as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, se tornaram famosas. Posteriormente, esta alteração e esta tentativa de aparentar neutralidade científica foram utilizadas para acusar a influência da Escola Francesa; acusação injusta, uma vez que o próprio Pierre Monbeig, em artigo publicado no Brasil, chegou a se referir à geografia do capital ⁴. Nesse período, Orlando Valverde, em estudos realizados sobre o Nordeste, desenvolveu considerações sobre os problemas sociais ligados à análise geográfica ⁵ e Manuel Correia de Andrade, em *A Terra e o Homem no Nordeste* ⁶, desenvolveu o tema das relações de trabalho no meio rural do Nordeste, acentuando as implicações sociais da forma de ocupação, orientação no sentido da necessidade de uma reforma agrária.

As preocupações sociais, integradas à problemática da estrutura agrária e das relações de trabalho no meio rural, contribuíram para caracterizar uma geografia agrária que se distinguiria do que se chamaria de geografia agrícola ou da agricultura, onde a preocupação maior se ligava aos problemas de produção, de mercado, de produtividade e de rentabilidade. Era uma linha seguida por economistas rurais e por geógrafos preocupados com a rentabilidade e a competitividade da agricultura brasileira. Havia também uma discussão sobre a oportunidade de uma alternativa agrária, com proteção à pequena produção e a divisão da propriedade, onde os trabalhadores seriam protegidos por direitos definidos na legislação trabalhista. José Alexandre Felizola Diniz, aprofunda este problema em livro publicado em 1984 ⁷.

Os estudos agrários, porém, levaram os geógrafos a observar que na exploração rural as atividades desenvolvidas não eram apenas aquelas ligadas à agricultura, havia

⁴ MONBEIG, Pierre – Capital e Geografia in *Novos Estudos da Geografia Humana Brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1957.

⁵ VALVERDE, Orlando – Uso da terra no Leste da Paraíba e Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte, in *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1984.

⁶ ANDRADE, Manuel Correia de – *A Terra e o Homem no Nordeste*. 1ª. Edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 1963.

⁷ DINIZ, José A. F. – *Geografia da Agricultura*. São Paulo. DIFEL, 1984.

também, atividades industriais, comerciais e, a partir dos anos Cinquenta, as de lazer. Viase, então, que a geografia agrária ou agrícola não contribuía para se ter uma visão da totalidade da paisagem rural e passou-se a procurar aprofundar a visão da paisagem existente, a fim de analisar as várias formas de utilização do meio rural. Mais uma vez havia uma contribuição de Pierre George, que procurava diferenciar o agrário do rural em manual de grande divulgação no Brasil ⁸. A partir daí, se pode inferir que a Geografia Rural, sem abrir mão de suas preocupações com a economia agrícola e agrária, dava uma ênfase especial à paisagem chamando atenção para atividades econômicas mais diversificadas, como o comércio, a indústria, os transportes e o turismo, efetivadas no campo. Daí admitir-se, pelo menos como hipótese de trabalho, que a denominação de Geografia Rural traz um compromisso maior com a totalidade e com o conhecimento mais aprofundado da paisagem, valorizando um conceito que vinha caindo em desuso.

Nos anos Sessenta e Setenta, passou a geografia brasileira a receber uma grande influência anglo-saxônica, com a divulgação de estudos de autores europeus e americanos que, baseando suas reflexões em documentação e usando métodos matemáticos, procuraram quantificar a geografia e formular modelos quantitativos para a mesma. Teve grande ação nesta fase, a geógrafa Elsa Coelho de Souza Keller, que introduziu no Brasil as técnicas desenvolvidas por Kostrowicki, geógrafo polonês, e que, posteriormente, através de trabalhos patrocinados pela União Geográfica internacional, procurou desenvolver modelos agrícolas para toda a superfície da terra ⁹. Foram numerosos trabalhos desenvolvidos nas universidades – na UNESP (campus Rio Claro) e na UFRJ (Rio de Janeiro) – e na Fundação IBGE seguindo esta orientação. Esta influência trouxe uma maior

⁸ GEORGE, Pierre – Précis de Géographie Rurale. Paris, Presses Universitaires de França, 1963.

⁹ CHAPRIS, Robert – La Géographie Agraire e la Géographie Rurale in Bailly et al – Les Concepts de la Géographie Humaine, pags. 113/123. Paris, Masson, 1991.

preocupação com o problema da quantificação em Geografia ¹⁰ e possibilitou maior cooperação entre geógrafos e economistas nos trabalhos de planejamento.

Mais recentemente, vêm sendo desenvolvidos estudos ligados à percepção nos quais o geógrafo, diretamente ou analisando obras de ficção, procura ver como o espaço geográfico rural ou urbano é percebido e pode ser interpretado.

4- O Espaço Rural e as Implicações com a Produção do Território; Relações entre o Rural e o Urbano.

Os contrastes entre o campo e a cidade vêm desaparecendo, de vez que, com as facilidades de transportes e de comunicação, o campo penetra cada vez mais a cidade e a cidade cada vez mais o campo. Pode-se afirmar que há um processo de ruralidade urbana e, em contrapartida, um de urbanização rural. Daí, haver o sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre, usando a expressão “rururbano” para definir o que ainda não deixou de ser rural, mas que ainda não é urbano ¹¹. Na verdade, com o desenvolvimento do capitalismo e a facilidade de transportes, as pessoas de nível de renda mais elevado que vivem na cidade, passaram a adquirir terras nas proximidades da mesma, fazendo o que se chama no Nordeste de granjas e no Sudeste de sítios e de chácaras. Granjas, sítios ou chácaras que são uma segunda residência e não unidades de produção funcionam sobretudo como áreas de lazer embora apresentem às vezes, uma pequena produção agrícola. Mais modernamente, com a criação de “prives”, as classes mais favorecidas já passaram a construir, fora do núcleo urbano, conjuntos residenciais em que se segregam procurando mais segurança e melhor qualidade de vida, formando assim, enclaves urbanos no meio rural.

¹⁰ GERARDI, Lúcia e CHRISTINE, Barbara – Quantificação em Geografia. São Paulo, DIFEL, 1981.

¹¹ FREYRE, Gilberto – Rurbanização: O que é?. Recife, Editora Massangana, 1982.

Ao mesmo tempo em que o urbano se expande no meio rural, este se estende também na periferia das cidades, passando a formar grandes arruados, conjunto de casebres para pessoas de baixa renda, em áreas em que subsistem algumas atividades agrícolas, beneficiadas com a proximidade do mercado urbano. Estas, porém, vão sendo paulatinamente destruídas face à pressão urbana e à elevação do preço do solo.

Em áreas distantes dos centros urbanos de população expressiva, em grandes propriedades, em usinas de açúcar, em fazendas dedicadas à agricultura e à pecuária, os usos e costumes urbanos vão penetrando graças a chegada da eletrificação e da mecanização das atividades agrícolas. O rádio e a televisão fazem com que o homem do campo, o antigo camponês, tenha acesso à informação na mesma hora em que a tem o homem urbano, fazendo desaparecer aquela diferença e aquele atraso e resistência ao processo de modernização.

E, se a Geografia Rural é o ramo da ciência geográfica voltado para o meio rural naturalmente essas transformações vão refletir na orientação do estudo, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico; o geógrafo tem necessidade de acompanhar as transformações para fazer uma Geografia Rural e não História Rural. Esta afirmativa, porém, não quer dizer que o geógrafo renuncie a sua formação histórica, uma vez que a paisagem é o resultado de uma evolução histórica e que as transformações que se sucedem nem sempre destroem as marcas feitas na paisagem pelas inovações, mas, ao contrário, estas se adaptam àquilo que foi construído. Assim, mesmo depois do desaparecimento dos canais e dos cafezais em áreas antigamente de seu domínio, estas ficaram marcadas quer na paisagem quer nos setores estruturais e psicológicos. Daí a permanência de casas grandes e sobradões coloniais e imperiais, as marcas da divisão de propriedades, a formação cultural da população remanescente, sobretudo em áreas que não receberam grandes levas de imigrantes, e até de culturas que deixaram de ser dominantes mas que subsistem como culturas secundárias. As paisagens, para que sejam autênticas e dinâmicas,

necessitam projetar os resquícios do passado, assim como a percepção da antecipação do futuro. Nelas se espelham harmonia e contraditoriamente, o passado, o presente e o futuro, lembrando o que foram, o que são e o que virão a ser.

5- Questões Teórico-Metodológicas e Técnicas.

Não é fácil elaborar um esquema de teorização e de metodologia único para a Geografia Rural ou para qualquer outro tema, sobretudo no momento de grandes transformações em que se vive; mais ainda por parte de um estudioso que norteou sempre o seu pensamento através de uma linha dialética, não linear e esquematizada, ao contrário do que fazem em geral os positivistas.

A elaboração de uma teoria está intimamente ligada a uma formação filosófica e, até certo ponto, ideológica, que norteia o arcabouço intelectual do estudioso. Assim, para uma pessoa de formação dialética, os acontecimentos não se encaminham em uma direção para atingir um ponto ideal por ele considerado o desejável, ou, até mesmo, o viável. A dialética admite que, partindo de uma tese, se vê contraposta à mesma uma antítese que possibilitará o surgimento de uma síntese; diante da situação em que se encontra a ordem ou a desordem mundial, com a tendência a mundialização e ao quase desaparecimento das fronteiras políticas se sente a reação dos grupos regionais e locais que insistem na manutenção da identidade, assim confrontam a globalização com a fragmentação. Exagerando-se um pouco, há quem admita até o desaparecimento das divergências étnicas, étnicas e sociais que hoje alimentam o nacionalismo e o regionalismo, considerados como arcaísmos em extinção. Descendo-se a detalhes, com a globalização chegar-se a um ponto em que o rural e o urbano desapareceriam através da homogeneização.

O estudo com formação filosófica dialética observa que houve um triunfo do capitalismo e a eliminação das experiências ditas socialistas, mas que o capitalismo não se pode apresentar uniforme, mesmo quando dominado pelas leis do mercado. No capitalismo,

observam-se grandes diferenças de nível de desenvolvimento com a influência das tradições e com acesso das comunidades aos recursos disponíveis em seus territórios. A mundialização ou globalização, como já ficou demonstrado em memoráveis encontros internacionais de geógrafos realizados na USP, em São Paulo – O Novo Mapa do Mundo e Território: Globalização e Fragmentação – em 1992 e 1993, encontra forte resistência local e regional. Esta funcionaria como a antítese à tese e tenderia a formar a síntese que nunca é plenamente alcançada.

No caso específico da Geografia Rural se teria dificuldade de generalizar uma teoria que a explicasse, englobando a superfície da terra, de vez que o rural não se constitui uma unidade, em escala mundial, havendo um rural na Europa, outro na África, outro na Ásia e outro na América Latina; a evolução das paisagens e estruturas rurais estão intimamente ligadas ao sentido da civilização, nas velhas civilizações da Europa e da Ásia, e da colonização nos países ex-coloniais. Há uma diferença enorme entre o rural voltado para a produção de alimentos destinado ao abastecimento das áreas produtoras, e o rural destinado à produção de alimentos e matérias primas para exportação. Pierre Mombeig, na década de Quarenta, já admitia uma certa afinidade entre a agricultura das plantações brasileiras e a extração mineral.

Mesmo refletindo-se em função do espaço brasileiro, observam-se grandes diferenças entre as paisagens paulistas e do Sul do país e aquelas do Norte e no Centro Oeste, onde o processo de expansão da agricultura capitalista se encontra em formação, destruindo os remanescentes de uma produção de auto-consumo e o extrativismo. Mesmo assim, o processo de transformação que se observa em São Paulo, destrói grande parte do passado, tanto em sua fisionomia – substituição do cafezal pelo canavial – como em suas estruturas produtivas ou na distribuição de renda e nas relações de trabalho, atingindo até a dinâmica das migrações tanto de população quanto de capitais.

Ao se tentar teorizar é necessário ter uma abertura que permita a cada estudioso seguir os seus caminhos filosóficos, epistemológicos e políticos e que ele seja capaz de se adaptar a cada situação com que se defronte. Os grandes modelos podem ser utilizados apenas como referências abstratas, teóricas, mais nunca como uma meta a ser aplicada mecanicamente no trabalho científico, no campo. A observação e a preocupação com a diversificação devem permanecer no raciocínio do estudioso para atenuar o rigorismo dos modelos que quase sempre são bem elaborados, mas em geral contribuem para a alienação.

Quanto às posições técnicas e à metodologia, o geógrafo deve permanecer sempre um humanista, sempre preocupado com a totalidade, mesmo quando utiliza as tecnologias mais sofisticadas. O uso dos computadores, das imagens de satélites, das operações matemático-estatísticas, deve ser valorizado, mas sem esquecer que, por maior que seja a importância destes recursos, eles não substituem o cérebro humano. Mais uma vez admitimos que é difícil se elaborar uma metodologia que sirva para as pesquisas de Geografia Rural para as áreas mais diversas e para ser aplicado por pesquisadores com posições técnicas científicas e formações filosóficas as mais diversas. Admitimos que a Geografia brasileira chegou ao estágio das opções as mais diversas, de domínio de um pluralismo que longe de homogeneizar, heterogeniza as soluções, trazendo um enriquecimento à produção científica. Passaram as fases do tradicionalismo ambientalista, da geografia teórica, da geografia crítica marxista, da geografia da percepção, como fases “imperialistas” que hostilizavam umas as outras, para entrarmos em uma fase de maturidade em que os geógrafos se posicionem de acordo com sua formação filosófica e dialogam com aqueles de quem divergem. Os Laboratórios Universitários e de Instituições de Pesquisas devem lutar para dispor dos instrumentos mais modernos e de pessoal técnico especializado não especificamente de formação geográfica, para fornecer os subsídios básicos que os geógrafos necessitam e reclamam.

Concluindo, admitimos que devem ser realizados encontros de geógrafos com especialistas, formações e posições diferentes, a fim de que informem uns aos outros o que estão fazendo, como estão fazendo e até que ponto podem aproximar as técnicas e a linguagem que usam. A competência, a serenidade e a liberdade de pensamento e ação devem nortear de forma equilibrada a evolução do pensamento científico.

¹ Este texto foi publicado originalmente no BOLETIM DE GEOGRAFIA TEORÉTICA. vol. 25, nº. 49-50. 1995. **Anais do XII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Vol. 1, AGETEO – Rio Claro. 1995. p. 3-14. (Mesa redonda).